



CHEGANDO A HORA

A 20 dias da eleição, Alagoas entra na reta final dos preparativos para o primeiro turno



OFICIAL

Justiça Federal registrou que ex-prefeito era responsável legal pelo regime previdenciário e tinha poder para nomear e exonerar a cúpula do instituto

Documentos do caso Banco Master citam envolvimento de JHC em aplicações do Iprev



ATÉ A PRÓXIMA

Registro a deputado federal foi rejeitado por 4 votos a 3; decisão ainda pode ser contestada por recurso



João Neto tem candidatura barrada após condenação por violência contra mulher

CAIU POR TERRA

TRE-AL suspende direito de resposta de JHC após levantamento de sigilo do inquérito do caso Master

Decisão suspendeu punição a Renan Filho após confirmação de que PF atribuiu responsabilidade administrativa pelo Iprev a JHC



ÁGUA EM JOGO

Candidato ao Senado declarou apoio ao Pacto pela Água e ao movimento Barragens Já



Arthur Lira adere a propostas de Wadson Regis para barragens e segurança hídrica em Alagoas

RICO MELQUÍADES

Órgão vê possível coação eleitoral em gravação que transforma salário, emprego e preferência partidária em instrumento de pressão



MP Eleitoral manda PF apurar vídeo em que influenciador constrange funcionárias por posição política

EDITORIAL

PALAVRA DO EDITOR

O salário não compra o voto

O episódio envolvendo um influenciador digital e suas funcionárias expõe um limite que não deveria precisar ser explicado: a preferência política de um trabalhador não está à disposição de quem deposita seu salário. O Ministério Público Eleitoral em Alagoas requisitou à Polícia Federal a abertura de inquérito para apurar se uma gravação, na qual mulheres são constrangidas a revelar suas posições partidárias, configura coação eleitoral. A investigação ainda precisa esclarecer os fatos, mas a situação já é suficientemente grave para não ser tratada como simples conteúdo de entretenimento.

A cena descrita pelo órgão ministerial reúne dois elementos que não podem ser dissociados. De um lado, está o direito individual de escolher livremente em quem votar. Do outro, uma relação profissional na qual uma das partes controla a renda e a permanência da outra no trabalho. Quando o empregador associa uma preferência política à possibilidade de demissão, a suposta descontração deixa de ser uma

questão privada e passa a exigir atenção institucional. O poder econômico, nesse contexto, não pode se transformar em mecanismo de intimidação.

A eventual justificativa de que tudo não passou de uma brincadeira também não resolve o problema. O constrangimento não depende apenas da intenção declarada por quem grava, mas das condições em que a abordagem acontece e das consequências que ela pode produzir. Uma funcionária diante do próprio empregador não está necessariamente em posição de responder com a mesma liberdade de alguém em uma conversa entre iguais. É essa assimetria que torna especialmente sensível a exposição de preferências políticas dentro do ambiente de trabalho.

O nome de Rico Melquiades surgiu nas redes sociais associado a vídeos recentes com funcionárias de sua residência, mas o Ministério Público Eleitoral não identificou oficialmente o investigado. A distinção é indispensável: repercussão pública não equivale a confirmação processual.

O que está estabelecido, por enquanto, é a existência de uma apuração sobre uma gravação que pode ter violado a liberdade de escolha política. Caberá à investigação verificar a autoria, o contexto e a eventual responsabilidade criminal, sem que a pressão das redes substitua o trabalho das instituições.

A questão central, portanto, não é o gosto musical, o estilo pessoal ou a forma como um influenciador produz seus vídeos. É saber se uma relação de emprego foi utilizada para constranger escolhas que deveriam permanecer livres e protegidas. O voto secreto não é uma concessão do patrão, assim como o salário não constitui autorização para fiscalizar a consciência de quem trabalha. Ao encaminhar o caso à Polícia Federal e sinalizar medidas para impedir a repetição de condutas semelhantes, o Ministério Público Eleitoral recoloca no centro do debate uma regra básica da democracia: autoridade profissional não se converte em poder sobre a decisão política do outro.



COLUNISTAS

VONEY MALTA

Dia decisivo: JHC ainda não cumpriu acordo com Lessa sobre troca na suplência de senador

No início deste mês, após reunião com JHC (PSDB), candidato a governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PDT) renunciou formalmente à segunda suplência de senador de Marina Candia, esposa de JHC.

O combinado era que a primeira suplente, senadora Eudócia Caldas (PSD), mãe de JHC, também renunciasse para que houvesse a troca das posições, o que não

ocorreu até este domingo (13).

Na quinta-feira (10), um advogado ligado a JHC se reuniu com Lessa e afirmou, entre outras coisas, que havia uma dúvida jurídica sobre se as duas suplências de senador seri-am consideradas o mesmo cargo.

Ronaldo Lessa consultou advogados do PDT local e nacional. Os pareceres dos dois

afirmam que são cargos diferentes e que a inversão após a renúncia é juridicamente cor-reta, segundo fontes.

O primeiro suplente tem a função de ocupar a vaga do titular em caso de licença, morte, doença, renúncia, enfim. E o segundo substitui o primeiro em casos de impossibilidade.

Na sexta-feira (11), Ronaldo Lessa e JHC estiveram reunidos. Interlocutores dos dois lados aguardam a decisão.

Tudo indica que, se não houver a inversão das suplências, o pedetista tem opções sobre a mesa: romper é uma delas. Há aliados incentivando Ronaldo Lessa a “chutar o pau da barraca”.

O prazo da justiça eleitoral para mudanças nas chapas termina hoje (14).

Vale registrar que Ronaldo Lessa é o atual vice-governador de Alagoas. Ele deixou o grupo político do MDB dos Calheiros e do governador Paulo Dantas com a promessa pública de JHC de que seria seu vice.

Mas, em cima da hora, foi preterido por Célia Rocha, ex-prefeita de Arapiraca.

Será que Lessa, dono de uma carreira política brilhante, vai ser outra vez deixado de lado?!



EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor
artsenna10@gmail.com

Fernando Oliveira
Editor Geral
fernand.oliveira1985@hotmail.com

Adriano Ramos
Departamento Jurídico
adrianoramos34@hotmail.com

O jornal A Notícia Alagoas é uma publicação diária - Endereço para correspondência: Av Comendador Gustavo Paiva, N 2789 - Sala 25 - CNPJ: 14.743.012/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

NÃO SOMOS
PERFIS.
SOMOS
CONTEÚDO.



Enquanto as redes
vendem versões,
os jornais
entregam fatos.



Não publicamos o que
viraliza — divulgamos
o que importa.



O que incomoda
interesses, fortalece
a sociedade.



Menos ruído.
Mais apuração.



SAIA DAS
REDES.



LEIA
JORNAIS.



ENTENDA A
REALIDADE.

Em um mundo de opiniões rápidas e informações rasas,
o jornalismo profissional é o que conecta você à realidade.

Valorize quem apura. Valorize quem informa. Valorize o jornal.



A NOTÍCIA

INFORMAÇÃO QUE FORMA.
JORNALISMO QUE TRANSFORMA.

OFICIAL

Justiça Federal registrou que ex-prefeito era responsável legal pelo regime previdenciário e tinha poder para nomear e exonerar a cúpula do instituto

Documentos do caso Banco Master citam envolvimento de JHC em aplicações do Iprev

Documentos da Polícia Federal e da Justiça Federal tornados públicos após o levantamento do sigilo no Supremo Tribunal Federal colocaram novamente o ex-prefeito de Maceió JHC no centro da discussão sobre os milhões de reais aplicados pelo Iprev no Banco Master. As informações foram publicadas nesta segunda-feira (14) pelo jornalista Matheus Lei-tão, do Metrôpoles.

Entre dezembro de 2023 e maio de 2024, durante a gestão de JHC, o instituto aplicou R\$ 97 milhões em letras financeiras do Banco Master. Segundo a reportagem, documentos da PF apontam que os investimentos teriam contrariado a política interna do Iprev, concentrando cerca de 20% do

patrimônio do fundo em um único banco e ocorrido sem fundamentação técnica considerada suficiente pelos investigadores.

Um dos aportes, de R\$ 80 milhões, teria sido feito quando o Master ainda não constava da lista de instituições habilitadas pelo Ministério da Previdência para receber recursos de regimes próprios. A PF também aponta problemas na aprovação da política de investimentos e questiona a atuação dos gestores e da consultoria contratada pelo instituto.

Embora JHC não esteja entre os alvos das medidas cautelares pedidas pela Polícia Federal, uma decisão da 13ª Vara Federal de Alagoas registrou seu “possível envolvimento” no caso. O magistrado destacou que o então prefeito aparecia como responsável legal pela unidade gestora perante o Ministério da Previdência e possuía poder direto para nomear e exonerar a direção do Iprev.

Essa circunstância, associada ao foro então atribuído ao ex-prefeito, levou a Justiça Federal a enviar o inquérito ao STF, onde o caso passou a tramitar junto às investigações relacionadas ao Banco Master.

JHC afirma que não é investigado e nega participação nas decisões de investimento. Sua

defesa sustenta que o Iprev possui autonomia administrativa e financeira e lembra que outra decisão judicial, em julho, afastou o ex-prefeito de uma ação relacionada ao caso por não identificar participação pessoal ou ingerência nas aplicações.

Até o momento, não há condenação de

JHC nem conclusão de que tenha participado das operações. A apuração deverá esclarecer se a posição institucional apontada nos documentos resultou ou não em alguma responsabilidade no caso.



CAIU POR TERRA

Decisão suspendeu punição a Renan Filho após confirmação de que PF atribuiu responsabilidade administrativa pelo Iprev a JHC

TRE-AL suspende direito de resposta de JHC após levantamento de sigilo do inquérito do caso Master

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) decidiu pela suspensão do direito de resposta concedido a candidato do PSDB ao governo, João Henrique Caldas, contra o adversário na disputa, Renan Filho (MDB), pela divulgação da responsabilidade administrativa do ex-prefeito de Maceió sobre os repasses de R\$ 97 milhões do Iprev para o Banco Master, de Daniel Vercaro. A punição foi revertida após a divulgação de detalhes da investigação da Polícia Federal (PF) que apontam JHC como gestor legal da autarquia na época dos repasses fraudulentos.

Os documentos foram tornados públicos pelo relator do Caso Master no STF, ministro André

Mendonça, na sexta-feira (11), um dia depois da decisão do TRE-AL que determinava o direito de resposta em 21 inserções de Renan Filho, que cobrava explicações de JHC sobre os repasses, no rádio e TV. Com os fatos novos, a medida foi revogada.

“Foram posteriormente trazidos aos autos elementos cuja publicidade foi noticiada como superveniente e que guardam relação direta com essa premissa. Na decisão proferida pela 13ª Vara Federal da Seção Judiciária de Alagoas, ao relatar a manifestação do Ministério Público Federal, consignou-se a existência de possível envolvimento do Prefeito de Maceió, João Henrique Caldas, que figuraria formalmente como responsável legal pela unidade gestora e deteria foro por prerrogativa de função”, destacou o desembargador eleitoral Leo Denisson Bezerra de Almeida, na decisão que suspendeu o direito de resposta de JHC.

“Na fundamentação do pronunciamento, registrou-se, ainda, que os elementos colhidos indicariam que JHC figura como responsável legal da unidade gestora perante o Ministério da Previdência Social e possui poder direto de nomeação e exoneração da cúpula do IPREV Maceió”, observou o magistrado.

De acordo com os relatórios liberados por Mendonça, as investigações sobre os repasses fraudulentos do Iprev para o Banco Master



foram remetidas pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5) ao STF, devido à prerrogativa de foro privilegiado de JHC, então prefeito e responsável legal pela autarquia que administra as aposentadorias e pensões dos servidores públicos de Maceió. Dessa forma, a PF e a Justiça Federal teriam confirmado a responsabilidade administrativa de JHC sobre os repasses ao Master, como alegado por Renan Filho.

As investigações do caso ainda prosseguem no STF sob sigilo de Justiça, o que tam-bém

impede JHC de afirmar que não está entre os investigados. No sábado (12), o candidato ao governo divulgou como “prova” de que não era investigado uma certidão de “nada consta” emitida pelo site do Ministério Público Federal (MPF) na internet. O documento, porém, não tem validade para a investigação do Caso Master.

TCHAU, LESSA!

Ex-deputado federal e médico de Palmeira dos Índios foi escolhido para ocupar vaga deixada pelo ex-governador; Eudócia Caldas permanece como primeira suplente

Jurandir Boia substitui Ronaldo Lessa na segunda suplência de Marina JHC ao Senado

O ex-deputado federal Jurandir Boia (PDT) foi escolhido para ocupar a segunda suplência da candidatura de Marina JHC ao Senado nas Eleições 2026. A mudança na composição foi formalizada nesta segunda-feira (14), preenchendo a vaga anteriormente ocupada pelo ex-governador e atual vice-governador de Alagoas, Ronaldo Lessa (PDT).

A saída de Lessa da composição eleitoral, no entanto, não ocorreu agora. A renúncia já havia sido homologada pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) em abril. Com a substituição, Eudócia Caldas, mãe do ex-prefeito de Maceió e candidato ao Governo de Alagoas JHC, permanece como primeira suplente de Marina.

Natural de Palmeira dos Índios, Jurandir Boia é

médico e possui longa trajetória na política alagoana. Historicamente identificado com setores da esquerda, iniciou sua militância no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e exerceu mandato de deputado federal. Nos últimos anos, permaneceu afastado da linha de frente das disputas eleitorais.

A definição do nome ocorreu após a abertura formal da vaga de segundo suplente. Segundo a ata da coligação, a alteração ficou restrita a essa posição, sem mudanças na

primeira suplência.

Ronaldo Lessa participou da reunião que definiu a nova composição e assinou o documento na condição de representante do PDT.

Com a mudança registrada, a chapa para o Senado ligada à candidatura de JHC ao Governo de Alagoas fica formada por Marina JHC como candidata, Eudócia Caldas como primeira suplente e Jurandir Boia como segundo suplente.



Marina JHC, candidata ao Senado pela chapa ligada à candidatura de JHC ao Governo de Alagoas, terá Eudócia Caldas como primeira suplente e o ex-deputado federal Jurandir Boia como segundo suplente após alteração formalizada nesta segunda-feira (14).



PERDEU

Decisão seguiu parecer da PGR e não analisou o mérito das acusações apresentadas pela senadora

Moraes arquiva notícia-crime de Eudócia Caldas contra Renan Filho e Paulo Dantas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), arquivou uma notícia-crime apresentada pela senadora Eudócia Caldas (PSDB-AL) contra o senador Renan Filho (MDB-AL) e o governador de Alagoas, Paulo Dantas.

O pedido havia sido protocolado no início de julho e tratava das operações da Refit em Alagoas. Eudócia apontava suspeitas relacionadas a benefícios tributários concedidos durante a gestão de Renan Filho no governo estadual e sustentava que empresas ligadas ao empresário Ricardo Magro teriam utilizado Alagoas como passagem para combustíveis destinados ao Rio de Janeiro.

Moraes seguiu parecer da Procuradoria-Geral da

República (PGR), que defendeu que o pedido não fosse analisado pelo Supremo da forma como foi apresentado.

Segundo a PGR, a senadora não poderia provocar diretamente o STF para iniciar uma investigação criminal. A Procuradoria sustentou que esse tipo de representação deve ser encaminhado à autoridade policial

ou ao Ministério Público, responsáveis por avaliar a abertura de investigação e, posteriormente, eventual encaminhamento ao Judiciário.

Com isso, o arquivamento ocorreu por uma questão relacionada à forma como o pedido foi apresentado, e não por uma conclusão do Supremo sobre a

existência ou inexistência das irregularidades relatadas pela senadora.

Eudócia é mãe do ex-prefeito de Maceió JHC, adversário de Renan Filho na disputa pelo Governo de Alagoas.



JUSTIÇA ELEITORAL

Decisão acompanha parecer favorável do Ministério Público Eleitoral e autoriza ex-prefeito de Maceió a disputar uma vaga de deputado federal

TRE-AL defere por unanimidade candidatura de Rui Palmeira à Câmara de Deputados

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) deferiu, por unanimidade, nesta segunda-feira (14), o registro da candidatura de Rui Palmeira (PSD) a deputado federal por Alagoas. A decisão acompanhou o parecer do Ministério Público Eleitoral, que se manifestou favoravelmente à candidatura e reconheceu não haver qualquer causa de inelegibilidade contra Rui.

O relator do processo, o desembargador Rodrigo Malta seguiu o mesmo entendimento do MPE e votou pela autorização da candidatura. O voto foi acompanhado por todos os integrantes do plenário. Com a decisão unânime, Rui está oficialmente apto a disputar uma vaga na Câmara dos Deputados.

O pedido de impugnação foi apresentado pela Federação PSDB/Cidadania e teve como



fundamento a rejeição das contas de 2019 de Rui Palmeira, período em que era prefeito da capital alagoana. Para o candidato, a rejeição de suas contas foi uma manobra de perseguição política, ocorrida após ele, no exercício do mandato de vereador, denunciar uma série de irregularidades na gestão municipal de JHC. Durante seus dois mandatos como prefeito de Maceió, Rui afirma que sempre cumpriu as normas relacionadas à aplicação dos recursos

públicos municipais.

“Sempre estive confiante porque sabia que não existia qualquer impedimento à nossa candidatura. A decisão unânime do TRE-AL confirma isso. Tentaram nos tirar da disputa, mas a Justiça prevaleceu. Agora é seguir com ainda mais força, percorrendo Alagoas, conversando com as pessoas e levando a nossa mensagem e o número 5522 a cada município”, afirmou Rui Palmeira.



Campanha nas ruas e disposição para avançar

Com 20 anos de vida pública, Rui Palmeira já exerceu os cargos de prefeito de Maceió por dois mandatos, deputado estadual e deputado federal. Atualmente, é vereador da capital. Sua experiência ficha-limpa e o trabalho realizado ao longo dessa trajetória fortalecem a campanha, que mantém uma intensa agenda de encontros, caminhadas e conversas com os alagoanos.

Apontado como um dos principais nomes do PSD na disputa por uma vaga de deputado federal, Rui segue ampliando apoios em Maceió e no interior do estado. A decisão representa mais uma vitória para uma candidatura que cresce nas ruas.

ÁGUA EM JOGO

Candidato ao Senado declarou apoio ao Pacto pela Água e ao movimento Barragens Já

Arthur Lira adere a propostas de Wadson Regis para barragens e segurança hídrica em Alagoas

O deputado federal e candidato ao Senado Arthur Lira declarou, nesta segunda-feira (14), apoio ao Pacto pela Água e ao movimento Barragens Já, iniciativas defendidas pelo jornalista e candidato a deputado federal Wadson Regis para ampliar a segurança hídrica e prevenir enchentes em Alagoas. A adesão ocorreu durante um encontro no restaurante Filé do Zezé, na Jatiúca, em Maceió.

Na ocasião, Lira se comprometeu a apoiar projetos de construção de barragens e outras obras de infraestrutura hídrica apresentadas por Wadson. As propostas buscam enfrentar dois problemas recorrentes no Estado: os prejuízos provocados por chuvas intensas e as dificuldades de acesso à água em diferentes regiões.

Entre as medidas

defendidas estão as barragens de contenção, destinadas a reduzir a força das cheias e os danos em áreas urbanas, estradas e propriedades rurais. O projeto também prevê a expansão de barragens subterrâneas, que armazenam água abaixo da superfície, re-duzem perdas por evaporação e podem beneficiar a agricultura familiar durante períodos de estiagem.

Outra frente consiste na implantação de reservatórios para captação e armazenamento de água destinada ao abastecimento humano, à irrigação e ao consumo animal. Wadson defendeu que o poder público priorize ações preventivas, em vez de concentrar recursos

apenas na reconstrução de áreas atingidas por enchentes e outros desastres.

Arthur Lira afirmou concordar com a necessidade de ampliar os investimentos em prevenção e disse que pretende atuar para viabilizar os projetos. O parlamentar também defendeu a revisão de propostas de barragens já existentes no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, buscando alternativas técnicas mais viáveis e de menor custo, como uma estrutura de contenção para São José da Laje.

Durante o encontro, Lira citou ainda a necessidade de concluir o Canal do Sertão e

mobili-zar a bancada federal de Alagoas para garantir recursos à obra. Também foi discutido o pos-sível aproveitamento da estrutura do canal para a implantação de um perímetro irrigado en-volvendo São José da Tapera, Senador Rui Palmeira e Carneiros.

Wadson afirmou que Lira foi, até o momento, o único candidato ao Senado a atender ao convite para aderir ao movimento. Segundo ele, o apoio pode fortalecer a articulação política e contribuir para a obtenção de recursos federais destinados à prevenção de enchentes, ao armazenamento e à distribuição de água em Alagoas.



CHEGANDO A HORA

TRE de Alagoas intensifica preparação das urnas, treinamento de mesários e organização dos locais de votação para o pleito de 4 de outubro

A 20 dias da eleição, Alagoas entra na reta final dos preparativos para o primeiro turno

Faltando 20 dias para o primeiro turno das Eleições 2026, marcado para 4 de outubro, Alagoas entra na fase decisiva de preparação para receber mais de dois milhões de eleitores nas urnas.

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) intensificou os trabalhos relacionados à preparação das urnas eletrônicas, treinamento de mesários, organização dos locais de votação, segurança, acessibilidade e logística necessária para o dia da eleição.

Segundo o presidente do TRE-AL, desembargador Alcides Gusmão da Silva, as equipes do Tribunal estão mobilizadas para garantir que o processo eleitoral ocorra de forma organizada e segura.

“Entramos na reta final para as Eleições 2026 com um trabalho intenso em todas as áreas do Tribunal. Nossas equipes estão empenhadas na preparação das urnas, no treinamento de mesários, na



segurança, na acessibilidade e em toda a logística necessária para o dia 4 de outubro”, afirmou.

O presidente também orientou os eleitores a aproveitarem os próximos dias para conferir o local de votação e preparar, com antecedência, os números dos candidatos.

“Ao eleitorado, fica o convite para também se preparar, conferir o local de votação, organizar

sua colinha e exercer o voto com tranquilidade e consciência. Estamos trabalhando para realizar uma eleição segura, organizada e acessível para todos”, acrescentou.

Seis votos na urna

No primeiro turno, cada eleitor fará seis

escolhas. A ordem de votação começa pelo cargo de deputado federal, com quatro dígitos, seguido de deputado estadual, com cinco.

Na sequência, serão escolhidos dois candidatos ao Senado, cada um com três dígitos. Depois, o eleitor votará para governador, com dois números, e para presidente da República, também com dois dígitos.

A Justiça Eleitoral recomenda que o eleitor prepare uma “colinha” em papel com os números dos candidatos seguindo a ordem de votação. A medida pode facilitar e agilizar o procedimento diante da urna eletrônica.

Em Alagoas, a votação no dia 4 de outubro ocorrerá das 8h às 17h.

Na cabine de votação, é proibido portar telefone celular, máquina fotográfica, filmadora, equipamento de radiocomunicação ou qualquer outro aparelho capaz de registrar ou comprometer o sigilo do voto.

DECADÊNCIA

Justiça manda revelar resultado de buscas por valores em ação trabalhista contra a TV Gazeta

A 1ª Vara do Trabalho de Maceió determinou a inclusão, nos autos de uma ação trabalhista movida por Marcos Vinicius de Rolemberg Soares contra a TV Gazeta de Alagoas e outros executados, do relatório completo das buscas por valores realizadas pelo sistema Sisbajud.

As ordens foram direcionadas à TV Gazeta de Alagoas, a Fernando Affonso Collor de Mello e a Caroline Serejo Medeiros Collor de Mello. A determinação consta em decisão assinada pela juíza substituta Sarah Vanessa Araujo Paixão Ferro.

O processo é o de nº 0000262-88.2023.5.19.0001 e tramita na 1ª Vara do Trabalho de Maceió. Trata-se de uma fase de cobrança de valores reconhecidos judicialmente em favor do trabalhador.

A magistrada determinou que a Secretaria da Vara junte imediatamente o relatório consolidado das ordens realizadas por meio do Sisbajud na modalidade conhecida como “teimo-sinha”, que permite repetir automaticamente as buscas por recursos em instituições financeiras.

A decisão, porém, não informa se foram encontrados ou bloqueados valores, nem apresenta qualquer quantia. O que a Justiça

determinou foi a apresentação do resultado dessas buscas no processo.

A juíza também suspendeu temporariamente o prazo para que o trabalhador se manifeste sobre uma medida envolvendo a empresa TV MAR. Esse prazo voltará a correr depois que ele for oficialmente informado sobre o relatório do Sisbajud.

Além disso, a decisão determinou ajustes nos



Relatório deverá mostrar o resultado das buscas realizadas em nome da emissora, de Fernando Collor e de Caroline Collor

cálculos da dívida trabalhista. O trabalhador havia questionado uma conta anterior porque juros e correção monetária tinham sido interrompidos na data do pedido de recuperação judicial da TV Gazeta, em agosto de 2019.

Após o questionamento, o perito refez os cálculos, e a Justiça considerou corrigido esse ponto, mantendo a atualização da dívida.

Também foi determinado que os honorários de advogados e peritos sejam separados dos créditos submetidos à recuperação judicial da TV Gazeta, porque essas despesas surgiram depois do pedido de recuperação da empresa.

O perito terá oito dias para apresentar as novas planilhas. A juíza, por outro lado, rejeitou o pedido de advertência e substituição do profissional, entendendo que ele corrigiu os problemas apontados anteriormente.

RICO MELQUIADES

Órgão vê possível coação eleitoral em gravação que transforma salário, emprego e preferência partidária em instrumento de pressão

MP Eleitoral manda Polícia Federal apurar vídeo em que influenciador constrange funcionárias por posição política

O Ministério Público Eleitoral em Alagoas requisitou a abertura de inquérito policial para investigar um influenciador digital após a divulgação de um vídeo em que funcionárias são questionadas sobre suas preferências políticas dentro de uma relação evidente de dependência profissional. A gravação foi publicada no sábado

(12) por um perfil que, segundo o Ministério Público Federal, reunia mais de 12,4 milhões de seguidores.

No vídeo, quatro mulheres aparecem ao lado do influenciador. Em vez de uma conversa entre pessoas em condição de igualdade, a cena é marcada pela lembrança reiterada de quem paga os salários e pela associação entre preferência partidária e permanência no emprego. Em determinado momento, ao relacionar uma das trabalhadoras a um partido, o influenciador afirma repetidamente que ela estaria demitida, manda que pegue suas

coisas e reforça que é ele quem paga o salário das funcionárias.

É justamente esse uso da posição de empregador que levou o Ministério Público Eleitoral a tratar o episódio com gravidade. A apuração buscará verificar se houve coação eleitoral, crime previsto na legislação quando alguém utiliza violência ou grave ameaça para tentar interferir no voto ou na decisão política de outra pessoa. O problema vai além de uma fala infeliz diante de uma câmera. Quando quem controla o emprego, a renda e a permanência de trabalhadoras coloca essas condições na mesma conversa em que cobra posicionamento político, a fronteira entre “brincadeira” e constrangimento se torna especialmente delicada.

Para o procurador regional eleitoral em Alagoas, Marcial Duarte Coêlho, emprego e salário não podem ser usados como ferramentas para impor, direcionar ou tentar influenciar escolhas políticas. Segundo ele, nem mesmo uma eventual alegação de que tudo não passaria de brincadeira afasta a gravidade do caso. A razão é simples: existe uma relação desigual de poder entre quem paga o salário e quem depende daquele trabalho. Apesar de o Ministério Público Eleitoral não divulgar o nome do influenciador investigado, Rico Melquiades viralizou nas redes sociais no mesmo sábado após publicar vídeos ao lado de funcionárias de sua casa.

Em uma das gravações que repercutiram, Rico aparece determinando que as trabalhadoras não ouvissem mais músicas de Anitta dentro da residência e chega a mencionar demissão caso a ordem fosse

descumprida. O episódio reforçou as críticas nas redes sociais sobre a forma como o influenciador se dirige às funcionárias e sobre a exposição pública de relações de trabalho em conteúdos usados como entretenimento. Ainda assim, a nota oficial do Ministério Público Eleitoral não identifica nominalmente o investigado. Portanto, sem confirmação oficial, não é possível afirmar que Rico Melquiades seja a pessoa mencionada no procedimento instaurado pelo órgão.

O caso será encaminhado à Polícia Federal para apuração criminal. Paralelamente, o Ministério Público Eleitoral informou que pretende recorrer à Justiça Eleitoral para impedir a continuidade ou repetição de comportamentos semelhantes. A instituição também reforçou que o voto é livre e secreto e que nenhum trabalhador é obrigado a revelar ao empregador sua preferência política. Quando a pressão ocorre dentro de uma relação de trabalho, o episódio também pode chegar ao Ministério Público do Trabalho, especialmente diante de indícios de assédio eleitoral.

ATÉ A PRÓXIMA

João Neto tem candidatura barrada após condenação por violência contra mulher

O Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) indeferiu nesta segunda-feira (14) o registro da candidatura do advogado João Francisco de Assis Neto, o Dr. João Neto, a deputado federal

nas eleições de 2026.

O julgamento terminou por 4 votos a 3 pelo indeferimento. Prevaleceu o entendimento de que a condenação criminal existente contra João Neto produz efeitos sobre sua elegibilidade.

O advogado foi condenado pela Justiça de Alagoas por lesão corporal praticada contra mulher por razões da condição do sexo feminino.

A pena fixada foi de quatro anos e dois meses de reclusão.

Posteriormente, a condenação foi mantida pelo Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL), em decisão colegiada. Esse ponto foi determinante para a análise do pedido de registro pela Justiça Eleitoral.

O Ministério Público Eleitoral já havia se manifestado contra a candidatura. A Procuradoria Regional Eleitoral sustentou que a condenação confirmada por órgão colegiado enquadraria João Neto em hipótese de inelegibilidade prevista na legislação.

Durante o julgamento, também foi discutido o fato de a condenação criminal ainda admitir recursos. O entendimento que prevaleceu, porém, foi de que não seria necessário aguardar o encerramento definitivo do processo criminal para produzir efeitos eleitorais quando há condenação por órgão colegiado e estão presentes os demais requisitos legais.

A condenação que repercutiu na candidatura tem origem em um caso de violência contra mulher ocorrido em Maceió. Segundo o

processo, a vítima sofreu lesões e precisou de atendimento médico.

João Neto chegou a ser preso durante a investigação e, posteriormente, respondeu à ação penal na Justiça alagoana.

Com a decisão desta segunda-feira, o TRE-AL barrou, por maioria, o registro da candidatura a deputado federal.

A decisão da Justiça Eleitoral não representa uma nova condenação criminal. O que o tribunal analisou foi se a condenação já existente impede João Neto de disputar as eleições deste ano.

O resultado representa um revés para a candidatura, mas ainda pode ser objeto dos recursos previstos na legislação eleitoral.

Registro a deputado federal foi rejeitado por 4 votos a 3; decisão ainda pode ser contestada por recurso



CIÊNCIA COMO PRIORIDADE

Candidata ao Governo pela UP assinou compromisso da SBPC e relacionou pesquisa ao desenvolvimento de Alagoas

Lenilda Luna defende mais investimentos em ciência e tecnologia

A candidata ao Governo de Alagoas pela Unidade Popular (UP), Lenilda Luna, iniciou a agenda deste sábado na feira do Tabuleiro, onde conversou com feiran-tes e moradores e apresentou propostas relacionadas à ciência, tecnologia e ino-vação.

Durante a atividade, Lenilda formalizou apoio ao “Compromisso com a Ciência”, documento elaborado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). A adesão está alinhada à proposta de fortalecimento da pesquisa pública e de valorização das universidades e dos institutos de pesquisa alagoanos.

Para a candidata, os investimentos no setor têm impacto direto na vida da popula-ção e no

desenvolvimento econômico e social do Estado. Ela citou áreas como agricultura familiar, preservação ambiental, segurança hídrica e enfrentamento às mudanças climáticas.

“A ciência e a tecnologia têm tudo a ver com a produtividade da agricultura fami-li-ar, com o combate ao desmatamento, a garantia de recursos hídricos e com o en-frentamento à crise climática”, afirmou Lenilda.

Entre os compromissos assumidos estão o apoio à criação de um piso mínimo constitucional para investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), nos moldes das áreas de Saúde e Educação, além da oposição a cortes e contingen-ciamientos de recursos destinados ao setor.

O documento da SBPC também defende a aplicação de recursos do fundo do pré-sal em CT&I, conforme previsto no Projeto de Lei nº 5.876/2016.

Lenilda também apoiou a meta de elevar de 1,19% para 2% do Produto Interno Bruto (PIB), até 2034, a parcela destinada à Pesquisa e Desenvolvimento. Se-gundo a candidata, ampliar os recursos para a pesquisa é essencial para melho-rar a produção de alimentos e garantir mais qualidade de vida à população.



CAMPO EM DEBATE

Candidato ao Senado pela UP acompanhou evento do MST e criticou concentração de terras em Alagoas

Fleming defende agricultura familiar durante feira da Reforma Agrária

A campanha de Alexandre Fleming, candidato ao Senado pela Unidade Popular (UP), acompanhou a 25ª Feira Nacional da Reforma Agrária, promovida pelo Mo-vimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em Alagoas. Durante a visita, Fleming destacou a importância da agricultura familiar, da agroecologia e da pro-dução de alimentos saudáveis.

O candidato também criticou a concentração de terras no Estado. Segundo os dados apresentados por Fleming, cerca de 551 mil hectares são destinados à agricultura familiar,

enquanto aproximadamente 1,08 milhão de hectares estão concentrados no agronegócio.

Para Fleming, a reforma agrária deve integrar um projeto de desenvolvimento para Alagoas, com ações voltadas ao combate à fome, à geração de emprego e renda e ao fortalecimento da produção de alimentos. Ele também defendeu políticas de preservação ambiental e melhores condições de vida para as famílias que vivem e trabalham no campo.

Entre as medidas apontadas pelo candidato estão o combate à violência no cam-po, a proteção de assentamentos e acampamentos, além da ampliação do acesso à assistência técnica, crédito, infraestrutura, educação, saúde e cultura para as comunidades rurais.

“A reforma agrária não é uma pauta do passado. É uma necessidade urgente para enfrentar a fome, fortalecer a agricultura familiar, ampliar a produção de alimentos saudáveis, combater a concentração de terras e garantir justiça social no campo e na

cidade”, afirmou.

A participação na feira reforçou o discurso de Fleming de aproximação com mo-vimentos sociais e de defesa de políticas públicas voltadas à redução das desi-gualdades e à valorização da agricultura familiar em Alagoas.



ESTRADA PARA O DESENVOLVIMENTO

Estado subiu três posições no ranking nacional e aparece em sexto lugar entre as 27 unidades da Federação

Alagoas lidera Nordeste em qualidade das rodovias

Alagoas conquistou a primeira colocação entre os estados do Nordeste no indicador de qualidade das rodovias

do Ranking de Competitividade dos Estados 2026, elaborado pelo Centro de Liderança Pública (CLP). No cenário nacional, o Estado também avançou e passou da nona

para a sexta posição entre as 27 unidades da Federação.

No recorte regional, Alagoas ficou à frente de Piauí, Ceará, Sergipe e Bahia. Na classificação nacional, o Estado aparece atrás apenas de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Paraná.

O resultado ocorre após uma série de investimentos em infraestrutura rodoviária realizados nos últimos anos. De maio de 2022 a 2026, foram executados 2.231,84 quilômetros de rodovias em Alagoas, incluindo obras de duplicação. A extensão é equivalente, aproximadamente, à distância entre Maceió e Londrina, no Paraná.

Entre as obras mais recentes está a duplicação de um trecho de 23 quilômetros da AL-110, entre Arapiraca e São Sebastião. Entregada em junho deste ano, a obra recebeu investimento de R\$ 93 milhões do Tesouro Estadual e ampliou a capacidade de circulação em uma das principais áreas de ligação do Agreste.

Para o governador Paulo Dantas, a melhoria da infraestrutura tem relação direta com o crescimento econômico. Segundo ele, uma malha rodoviária estruturada contribui para a atração de empresas e indústrias, facilita o escoamento da produção agrícola e comercial e proporciona mais segurança aos usuários.

Indicador de infraestrutura

O indicador de qualidade das rodovias integra o pilar de Infraestrutura do Ranking de Competitividade dos Estados. O eixo reúne, ainda, dados relacionados a energia, telecomunicações, saneamento e transporte aéreo.

A avaliação faz parte de um conjunto de dez pilares utilizados pelo CLP para analisar o desempenho dos estados, incluindo Educação, Segurança Pública, Inovação, Solidez Fiscal, Capital Humano, Sustentabilidade Social e Ambiental, Eficiência da Máquina Pública e Potencial de Mercado.

Criado em 2011, o ranking tem como objetivo oferecer indicadores para orientar gestores públicos e subsidiar a formulação de políticas públicas. Na edição de 2026, o desempenho de Alagoas nas rodovias colocou o Estado na sexta posição nacional e no primeiro lugar entre os estados nordestinos.



PRESSÃO NO DEBATE

Evento terá oficinas, troca de experiências e articulação entre agentes culturais nos dias 21 e 22 de setembro

Coruripe recebe programação do Cultura Viva Alagoas

O município de Coruripe recebe, nos dias 21 e 22 de setembro, a programação do Cultura Viva Alagoas – Tecendo Redes e Fortalecendo Identidades. A iniciativa terá atividades voltadas à formação, capacitação

e integração de agentes culturais, com o objetivo de fortalecer a produção e as redes culturais do município.

Artistas, produtores, mestres da cultura popular, grupos, coletivos e representantes dos Pontos de Cultura poderão participar de oficinas e rodas de diálogo durante os dois dias de programação.

Entre as atividades previstas estão uma

oficina sobre gestão cultural e elaboração de projetos, ações voltadas à cultura popular e à valorização da identidade local, além de encontros destinados à articulação e formação do grupo gestor local dos Pontos de Cultura.

A programação terá início às 8h30 e será realizada na Biblioteca Pública Municipal Dr. Luiz Ramalho dos Reis e na Escola

Municipal de Educação Básica (EMEB) Liége Gama Rocha.

O Cultura Viva Alagoas é desenvolvido em parceria entre o Governo de Alagoas, Ministério da Cultura, Associação dos Folguedos Populares de Alagoas (ASFOPAL), Alan Oliveira Produção Cultural, Associação Criativa – Associação de Economia Criativa e Cidadania de Coruripe e Prefeitura de Coruripe, por meio da Secretaria Municipal de Cultura.

Inscrições

As inscrições poderão ser feitas no próprio dia do evento. Também é possível garantir participação antecipadamente na Secretaria Municipal de Cultura, localizada na Casa da Cultura Coruripense, ou pelo telefone (82) 99328-7858.

CORURIBE e REGIÃO!!!

» VEM AÍ «

Cultura Viva Alagoas:

TECENDO REDES E FORTALECENDO IDENTIDADES

2 DIAS de capacitação, seminário, fortalecimento das redes culturais e formação do comitê gestor local de pontos de cultura